



» INTELLIGENT SENSING ANYWHERE

A ISA (Intelligent Sensing Anywhere) está, desde 2012, cotada na AlterNext (na imagem), o mercado feito à medida das pequenas e médias empresas, sendo uma das duas entidades portuguesas ali cotadas. A outra é o Nexponor, um fundo de investimento. Ao Diário Económico, fonte da administração da ISA disse que a presença neste mercado, que tem algumas “limitações de liquidez”, se deveu não ao seu potencial de financiamento mas a valências como a visibilidade ou “o selo de qualidade que isso pode trazer por exemplo para o mercado externo”. Em fase de expansão, a empresa exporta hoje para vários destinos na Europa e está a entrar com maior força em mercados como os EUA ou o Canadá. Estar cotada num mercado internacional é, por isso, uma vantagem, que lhe trouxe ainda maior transparência e rigor.

Paulo Alexandre Coelho

Microcrédito: uma opção para quem quer criar o próprio emprego

Um hostel em Lisboa e um restaurante no Porto abriram com um empréstimo de microcrédito.

Há cada vez mais empreendedores em Portugal. Mas muitos dos novos empreendedores são pessoas vulneráveis perante o mercado de trabalho, com dificuldade de recorrer ao crédito, em situação de desemprego ou à procura da primeira oportunidade profissional. Foi a pensar nelas que se criou o conceito de microcrédito, um pequeno empréstimo bancário destinado a pessoas com espírito empreendedor mas que, sem este instrumento, provavelmente não poderiam seguir o seu sonho. É o caso de Margarete Zuzarte, de 43 anos, que está há pouco mais de um ano à frente do Hostel Graça 28, em Lisboa.

A sua formação é em joalheria e era nisso que trabalhava antes de conseguir realizar o sonho antigo de ter o seu próprio negócio na área do turismo. Depois de desafiada por um amigo para investir num prédio do século XIX na Rua da Graça, que estava a ser restaurado para ser explorado para apartamentos turísticos, Margarete decidiu recorrer ao microcrédito. Através da Associação Nacional de Direito ao Crédito (ANDC) conseguiu um financiamento de 12.500 euros da CGD, a pagar em quatro anos.

Depois de um primeiro Inverno fraco, este ano admite ter tido “o dobro dos hóspedes do ano passado”, revelando ainda que um dos objectivos a breve prazo “é voltar à joalheria e aliar os dois negócios”.

Quem também sempre quis ter o seu próprio negócio é Anita Simões, de 32 anos, que recorreu ao microcrédito para “criar um negócio de raiz”. Neste caso, o restaurante Camafeu, no Porto, um negócio que surgiu por acaso, e que está a correr “bem”.

Depois de apresentar um plano de investimento do projecto, o projecto de Anita foi aprovando e recebeu um financiamento de dez mil euros do Millenniumbcp, também através da ANDC. “Termino de pagar a última mensalidade do empréstimo em Agosto”, diz, sendo esse o último mês dos 48 que teve para pagar. E porquê o microcrédito? “Porque era uma quantia reduzida, com uma mensali-

25%

A Associação Nacional de Direito ao Crédito aprovou mais 46% de projectos de microcrédito em 2014, passando de 115 para 168. Também o valor acumulado subiu para 1,6 milhões de euros. A procura por microcrédito foi maior, tendo aumentado 25%, de 1.689 candidaturas para 2.119. O modelo da ANDC é flexível e permite que as empresas já estejam constituídas, necessitando de um investimento adicional para garantir a viabilidade. 33% dos negócios apoiados continuam abertos.

11.250 euros

No primeiro ano de actividade, a Associação Microcrédito de Portugal apoiou três projectos no valor de 11.250 euros. Em 2015 quer apoiar dez empreendedores e em 2016 expandir a rede através de uma sociedade financeira e em cooperação com um parceiro tecnológico.

Como se financiar na bolsa para PME

O mercado Alternext foi desenhado para as pequenas e médias empresas. Conheça as regras para entrar.

Com um total de 192 empresas cotadas (apenas duas portuguesas) e uma capitalização bolsista total na ordem dos 8,5 mil milhões de euros, o AlterNext é um sistema Multilateral de Negociação, sendo regulado pela Euronext. As empresas que optam, por este mercado têm um regime menos exigente do que na Euronext, mas antes, devem preparar um documento de informação aos potenciais investidores, o prospecto, que tem de ser aprovado pela CMVM (Comissão de Mercado dos Valores Mobiliários). É no entanto possível uma solução alternativa que não é permitida no mercado regulado. Trata-se da “colocação particular”, uma informação que não precisa de passar pela regulação. Depois de cotada, a empresa é obrigada a publicar as contas anuais auditadas e as semestrais não auditadas. Além disso, as empresas não têm de apresentar as contas segundo regras contabilísticas IFRS, tal como acontece no Euronext.

O AlterNext tem vários protocolos com associações empresariais que, caso se mantenha o interesse da PME nesta opção, convém conhecer ao pormenor.

Para ajudar as empresas nesta nova fase, o AlterNext fornece soluções de prestação de assessoria jurídica e financeira a quem precisar.

A bolsa de valores para PME não tem sido especialmente procurada pelas empresas portuguesas. E a forma de gestão das empresas é apontada como uma das razões para o “medo” de entrar em bolsa. Mas a Alternext deixa o aviso: “o objectivo dos “investidores puramente financeiros” não é interferir na gestão, mas sim obter um retorno adequado ao investimento. ■ I.M.

Código das sociedades comerciais

As alterações ao Código das Sociedades Comerciais, que entraram em vigor na segunda-feira, poderá facilitar o acesso das empresas portuguesas ao financiamento, nomeadamente ao mercado de capitais. Em entrevista ao Diário Económico a 29 de Janeiro, Luís Laginha de Sousa, presidente da Euronext Lisboa, referia-se a estas alterações como um dos “sinais positivos” que potenciará a entrada de novas empresas em bolsa. O decreto de lei, em vigor desde segunda, alterou as condições de acesso ao financiamento, flexibilizando por exemplo os requisitos para a emissão de obrigações.

dade fixa e com uma taxa de juro menos agressiva”, explica.

O prédio onde está o Camafeu era de um familiar e estava desocupado. E, de acordo com Ana Simões, o microcrédito “é a melhor opção para quem quer criar o seu próprio negócio”.

De frisar que a CASES, entidade que coordena e acompanha o Programa Nacional de Microcrédito, registou em 2014 um aumento superior a 50% em relação a 2013, na validação das operações de microcrédito. António Curto, chefe do departamento de instrumentos financeiros diz que a CASE validou 196 operações que previam o investimento e o financiamento de 3,2 e três milhões de euros e a criação de 374 postos de trabalho.

Em termos médios, os projectos apresentados corresponderam a um investimento de 16.400 euros por empresa e de 8.600 euros por posto de trabalho. ■ R.C.